

Termo de Referência 87/2023

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
87/2023	160518-BASE DE AVIACAO DE TAUBATE	BRUNA MARTINHO DE AZEVEDO	08/02/2024 08:40 (v 3.0)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		64009.008207/2023-20

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de material permanente de uso hospitalar em conformidade com o Planejamento Anual das Atividades do Sistema de Saúde do Exército (PAASSEx) para o ano de 2024, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Raio-X Digital Portátil:Colimador de material radiopaco, evitando exposição desnecessária. Tensão nominal de 60kVp, corrente no tubo de 2,5 mA e ponto focal de 0.7x0.7mm. Informações Técnicas: Ângulo de Alvo 16°. Corrente da Ampola 2,5 mA. Distância foco-pele 200 mm. Distância foco-receptor 220 mm. Eixo de Referência No centro do cone de posicionamento. Energia Máxima Acumulada em 1h 150 mAs. Faixa Seleccionável de Tempo de Irradiação 0,01 a 1 segundo (Com passos de 0,01s). Fator de Trabalho 1 : 60. Filtração Permanente Vidro: > 1,0 mm Al eq. 60kVp Plástico: > 0,05 mm Al eq. 60kVp Filtro de alumínio: > 1,0 mm Al 60kVp. Filtração Total > 2,05 mm Al eq. 60kVp. Natureza da Radiação Ondulatório. Peso 2.4 kg. Ponto Focal 0,7 x 0,7 mm. Potência na Saída Máxima 150 W (60kV x 2,5mA). Radiação de Fuga < 0,2 mGy/h @ 60kV, 2.5 mA. Temperatura de operação Carregado: 0° a 40°C Descarregado: -20°a 75°C. Tensão da	441901	Uni	3	R\$ 18.043,22	R\$ 54.129,66

	Ampola 60kV. Tensão de Carregamento 24 V. Tensão de Corte 16,5 V. Tensão Máxima de Operação (Intensidade) 60 kVp. Tensão Nominal 21,6V – 2.50Ah. Tipo Li-ion recarregável. Tipo de gerador Gerador de Alta Frequência de potência constante. Raio-X. Igual ou superior ao Rx portátil Eagle X Dabi Atlante.					
2	Impedanciômetro tipo automático; Faixa de pressão de -600 a 300 daPa; Complacência de 0,1 a 6 ml + 0,1 a 8,0 ml; 12 reflexos por orelha (6 ipsi + 6 contra); Reflexo ipsi de 500 a 4000 Hz – 110 dBHL; Reflexo Contra de 500 a 8000Hz – 120 dB HL; 2 protocolos independente de reflexo automático; Tom de transdutor 226 Hz; Teste de função de Tuba Eustaquiana ETF1; Audiometria automática e manual; Faixa de frequência da audiometria de 125 a 8000 Hz; Compatível com o Noah; Conexão com PC (software incluso); Tipo registros gráficos no visor e posterior impressão; Fonte de alimentação bivolt (110/220V); Igual ou superior à marca Interacoustics.	304410	Uni	1	R\$ 32.573,00	R\$ 32.573,00
3	Audiômetro de 2 canais que realiza exames de via aérea, via óssea e logoaudiometria. Faixa de frequência de 125 Hz a 8.000 Hz; Mascaramento NB, WN e SN; Tom warble, pulsátil e tom puro; Armazenamento para 500 pacientes/ 50.000 sessões; Entrada CD1, CD2 e arquivos de som; -10 dB a 120 dBHL de saída; Saída FF1 e FF2; Impressão direta via impressora externa; ABLB e Stenger e Sisi; Compatível com Noah; Fonte de alimentação bivolt (110/220V); Microfone de retorno e arco de monitor (EM 400 e MTH600); Conjunto de fones audiométricos DD-45; Vibrador ósseo B-71; Botão de resposta do paciente APS3; Cabo de Força; Cabo USB; Conexão com computador (USB – Softwares inclusos: Diagnostic Suite, License hybrid e OtoAccess DataBase); Igual ou superior à marca Interacoustics.	426016	Uni	1	R\$ 37.923,17	R\$ 37.923,17
4	Laser de Baixa Potência: Fibras ópticas blindadas no tubo de aplicação. Dosimetria em Joules (1,2,3,4,6 e 9J). Opção de bloqueio de segurança. Ponta de aplicação alongada. Equipamento sem fio. Base compacta. Bivolt. Bateria de Li-íon. Case para transporte.	441158	Uni	3	R\$ 4.620,67	R\$ 13.862,01

	<p>Emissão simultânea dos lasers vermelho e infravermelho. Laser infravermelho com guia de luz (laser vermelho 660 nm <math>\pm</math> 10 nm). Vermelho com 660 nm <math>\pm</math> 10 nm – semicondutor InGaAlP. Infravermelho com 808 nm <math>\pm</math> 10 nm – semicondutor AlGaAs. Potência 100 mW <math>\pm</math> 20% de potência. Realiza laserpuntura tradicional e terapia fotodinâmica (PDT). Fotobiomodulação sistêmica, irradiação de laser vermelho ou infravermelho sobre a artéria radial. Componentes adicionais: peça de mão, ponteira, 3 óculos, carregador e maleta. Padrão de Referência igual ao superior ao Therapy EC.</p>					
5	<p>Seladora de Pedal com Temporizador 30 cm: Fabricada em aço com pintura eletrostática. Controle de aquecimento. Acionamento com apenas um botão. Controlador de temperatura que permite ajustar a temperatura da selagem apenas uma vez e mantê-la constante. Se adequa as mais diversas espessuras de plásticos, desde embalagens comuns até mesmo metalizadas. Potência: 200W. Tensão: 110/220v - Chave seletora. Frequência: 60Hz. Igual ou superior a Cetron.</p>	286346	Uni	2	R\$ 840,86	R\$ 1.681,72
6	<p>Secadora de Instrumentais Odontológicos: Confeccionado externamente em PSAI - Poliestireno de Alto Impacto. Aquecimento uniforme em toda a área de secagem. Prateleira de inox. Ciclo de secagem de 5 minutos. Fusível de proteção. Tensão de alimentação: 220v. Frequência: 50 - 60 Hz. Potência: 400 W. Temperatura de secagem: <math>\sim</math> 80 °C Volume nominal da base: 3 L. Área da bandeja: 240 x 120 mm (C x L). Dimensões do produto embalado: 275 x 175 x 300 mm (C x L x A). Peso do produto: 1,2 Kg. Peso do produto embalado: 1,6 Kg. Registro na ANVISA: Isento (Não necessário). Igual ou superior a Biotron.</p>	446517	Uni	2	R\$ 1.298,07	R\$ 2.596,14
7	<p>Caneta de Alta Rotação LED UV: Iluminação em LED UV que evidencia a fluorescência do material restaurador em contraste com a estrutura dental. Fixação de Brocas por sistema Push Button. Rolamentos de Cerâmica e Turbinas microbalanceadas que eliminam as vibrações aumentando assim a vida útil dos rolamentos. Sistema de rolamentos apoiados em</p>	407021	Uni	6	R\$ 1.853,08	R\$ 11.118,48

	anéis de borracha auxiliando assim o baixo nível de ruído. Spray Triplo. Rotação Máxima(rpm) 450.000. Rotação Mínima(rpm) 380.000. Igual ou superior a AX1 LED UV – GNATUS.					
8	Caneta de Alta Rotação LED: Iluminação em LED. Fixação de Brocas por sistema Push Button. Rolamentos de Cerâmica e Turbinas microbalanceadas que eliminam as vibrações aumentando assim a vida útil dos rolamentos. Sistema de rolamentos apoiados em anéis de borracha auxiliando assim o baixo nível de ruído. Spray Triplo. Rotação Máxima(rpm) 450.000. Rotação Mínima(rpm) 380.000. Igual ou superior a AX1 LED–GNATUS.	407020	Uni	10	R\$ 507,44	R\$ 5.074,40
9	Caneta de alta rotação para cirurgia. Iluminação em LED. Indicada para cirurgias de 3° molar e locais de difícil acesso. Conexão Borden. Sistema de encaixe de brocas Push Button. Sistema de antirrefluxo que evita o retorno. Rotação Máxima de 450.000 RPM. Rolamento Cerâmico. Baixo ruído. Jato único. Autoclavável a até 135C. Pressão de entrada do ar comprimido 40+- 2 PSI (regulada no equipo). Consumo de Ar 40+- 2 l/min. Terminal Borden. Peso Líquido de 51g. Mancais da turbina apoiados em anéis de borracha que reduzem as vibrações e aumentam a vida útil dos rolamentos. Igual ou superior a AX4 45° LED – GNATUS.	407022	Uni	3	R\$ 726,13	R\$ 2.178,39
10	Contra Ângulo Multiplicador Com Led Fibra Óptica; Multiplicador 1:5. Rolamentos de cerâmica. Sistema de cabeça limpa. Para brocas de alta rotação. Irrigação interna. Spray quádruplo. Corpo em titânio. Revestimento em DURACOAT. Velocidade máxima 200.000. Óptica de vidro celular - passagem de luz. Push botton. Microfiltro. Compatível com o sistema NSK NLX nano. Igual ou superior ao Contra Angulo NSK Multiplicador 1:5 Ti Max 95l Led Fibra Óptica.	450477	Uni	3	R\$ 2.705,74	R\$ 8.117,22
11	Ultrassom Cavitador Sônico Removedor De Tártaro Borden. Embalagem contendo 2 Ponteiros Pério Supra (TIPS). Manual de Instruções. Certificado de Segurança. 1 Chave de	410409	Uni	10	R\$ 1.443,33	R\$ 14.443,30

	Aperto. Frequência: 3000-8000 Hz. Pressão de Ar: 2,46Kg/cm <sup>2</sup> = 35 lbs psi. Diâmetro de 16.5mm. Igual ou superior ao Cavflex 6000 Borden.					
12	Fotopolimerizador: Grande lente com 12mm de diâmetro, com área ativa de 107mm <sup>2</sup> . Tecnologia Polywave. LEDs de alta intensidade e amplo espectro que polimerizam quaisquer materiais odontológicos. Feixe de luz colimado que proporciona uma polimerização completa e uniforme. Luz de alta intensidade entre 395 e 480nm. Três modos de polimerização – Standard (1.000 mW/cm <sup>2</sup> ), High Power (1.400 mW/cm <sup>2</sup> ) e Xtra Power (3.200 mW/cm <sup>2</sup> ). Tempo de exposição: 1, 2, 3, 4, 5, 10, 15 e 20 segundos. Funciona com baterias recarregáveis. LEDs de alta eficiência e alumínio aeroespacial. Revestimento de safira. Selamento de Teflon. Botão extra de ativação localizado na parte de baixo do corpo do aparelho. Padrão de referência igual ou superior ao Valo Cordless Grand 3200 - Ultradent.	410459	Uni	5	R\$ 9.285,77	R\$ 46.428,85
13	Ventilador artificial eletrônico, tipo 01 transporte, modelo neonatal, pediátrico e adulto, modos ventilação vcv, simv, cpap,ps, a/c, parâmetros ventilatórios parâmetros vc, fr, fio2, peep, componentes válvulas reguladoras de pressão, alarmes audiovisuais. Ventilação invasiva e não invasiva com compensação de fugas. Monitoração através de tela digital dos parâmetros ventilatórios. Capnografia integrada, volume corrente de 50 a 2000 ml no mínimo, tempo inspiratório que atenda pelo menos a faixa de 3 a 5 segundos, FR de 2 a 60 rpm, no mínimo; sensibilidade ajustável a fluxo e/ou a pressão; porcentagem de O <sub>2</sub> ajustável de 40 a 100%, no mínimo; PEEP/CPAP interno ajustável eletronicamente de 0 a 20 cmH <sub>2</sub> O; pausa inspiratória ajustável de pelo menos 5 segundos (dispensável quando o equipamento calcular em tempo real automaticamente a complacência dinâmica, resistência dinâmica, pressão platô dinâmica e auto PEEP; pressão de suporte de 5 a 15 cmH <sub>2</sub> O, no mínimo; pressão controlada /assistida de 5 a 60 cmH <sub>2</sub> O, no mínimo; ventilação de apnéia para todos os modos ventilatórios espontâneos, incluindo CPAP; Alimentação elétrica com comutação automática	421237	Uni	1	R\$ 45.675,33	R\$ 45.675,33

	(equipamento bivolt). Acessórios: 2 circuitos para cada tipo de paciente (neonatal, pediátrico e adulto); 2 sensores de fluxo com mangueiras de medição; 2 válvulas expiratórias completas com diafragma; 1 mangueira para conexão da rede de oxigênio; suporte de fixação para suporte em macas; bolsa para transporte; alça para transporte; demais acessórios necessários para o perfeito funcionamento do equipamento; alimentação bateria interna recarregável. Registro na ANVISA e garantia mínima de 12 meses. Treinamento operacional sob responsabilidade da empresa vencedora. Manual de usuário e manual de serviço /técnico/manutenção. Equipamento igual ou superior a marca/modelo: Magnamed/Oxymag.					
14	Eletrocardiógrafo, modelo digital, portátil c/ alça, tipo tela lcd 2x16, 12 canais, voltagem 110/220 v, funções teclado membrana sensível ao toque, tipo registro c/ 12 derivações, leitura diagnóstica, velocidade registro 12,5; 25 e 50 mm/s, características adicionais memória p/ 100 exames, acessórios cabo alimentação, cabo paciente 10 vias, tipo impressora impressão papel a4, alimentação bateria interna recarregável. Registro na ANVISA e garantia mínima de 12 meses. Treinamento operacional sob responsabilidade da empresa vencedora. Manual de usuário e manual de serviço /técnico/manutenção.	404168	Uni	1	R\$ 7.285,49	R\$ 7.285,49
15	Dispositivo p/ medidas antropométricas, tipo* tipo balança c/ régua, modelo elétrica, material* aço c/ pintura eletrostática, escala graduação c/ escala métrica- mm e cm, faixa medição cerca de 2,0 m, componente I c/ visor digital, componente II tapete de borracha, componente III pés. reguláveis, capacidade máxima carga até 200 kg. Registro na ANVISA e garantia mínima de 12 meses. Manual de usuário e manual de serviço/técnico /manutenção.	442491	Uni	6	R\$ 1.605,58	R\$ 9.633,48
16	Negatoscópio, material estrutura: chapa aço, acabamento superficial estrutura: pintura eletrostática, cor: branca, material visor: acrílico, comprimento: aproximadamente 48 cm, largura: aproximadamente 38 cm, espessura:	453191	Uni	3	R\$ 332,31	R\$ 996,63

	aproximadamente 10 cm, quantidade lâmpada: 2 un, potência lâmpada:20 w, tensão alimentação:110 v, cor visor: translúcido branco leitoso, aplicação: verificação chapa raio x.					
17	<p>Impressora Térmica de Etiquetas Com código de barras 4 polegadas - Descrição: Multi-propósito desktop de transferência térmica impressora de código de barras. Adequado para a rotulagem dos produtos, embalagem, rotulagem e mais todos os outros. Aplicações de impressão de código de barras. Grande 300 m capacidade da fita e 5" rolo de mídia, 32bit CPU, porta USB 2.0 padrão. Seagull Scientific Janelas drivers incluídos. QLabel software livre com função de banco de dados faz com que seja fácil de design e imprimir etiquetas. Cabo USB livre e mídia de amostra incluído com todas as impressoras. As opções incluem: cortador rotativo, distribuidor de etiqueta, cartão CF adaptador com RTC, e placa Ethernet. Método de impressão: Transferência térmica / Térmica Direta; Resolução de impressão: 203 dpi (8 pontos/mm); Velocidade de impressão: 4 IPS (102 mm/s); Largura de impressão: 4.25 "(108mm); Comprimento de impressão: Min. 0.16 "(4mm) **; Max. 68" (1727mm); Memória: 4 mb Flash (2 mb para armazenamento de usuário) / 8 mb SDRAM; Tipo de sensor: Centro, alinhada see-through sensor, sensor reflexivo ajustável; Mídia: Tipos: formulário Contínuo, etiquetas gap, marca preta de detecção, e furo perfurado; comprimento da etiqueta definido pela detecção automática ou programação; Largura: 1 "(25.4mm) Min.-4.64" (118mm) Max. Espessura: 0.003 "(0.06mm) Min.-0.01" (0.25mm) Max. Label diâmetro do rolo: Max. 5 " (127mm) Diâmetro do núcleo: 1 ", 1.5", 3 "(25.4mm, 38.1mm, 76.2mm); Fita: Tipos: Cera, cera/resina, resina Comprimento: 981' (300 m); Largura: 1.18 Min-4.33 "" (30mm-110mm) Max Diâmetro do rolo de fita. : 2.67 "(68mm). Diâmetro do núcleo: 1 "(25.4 mm); Linguagem da impressora: EZPL, GEPL, GZPL; Software: Software de design de etiquetas: QLabel IV-(para ezpl) Driver &amp; DLL: Windows 2000, XP e Vista; Fontes residentes: Fontes Bitmap 6, 8, 10, 12, 14, 18, 24, 30, 16X26 e OCR A &amp; B; Fontes Bitmap 90 °, 180 °, 270 ° rotatable, único</p>	343700	Uni	2	R\$ 2.561,57	R\$ 5.123,14

	<p>personagens 90 °, 180 °, 270 ° rotativo. Fontes Bitmap 8 vezes expansível nas direções horizontal e vertical; Fontes escaláveis 90 °, 180 °, 270 ° rotatable; Fontes de Download:Fontes Bitmap 90 °, 180 °, 270 ° rotatable, únicos personagens 90 °, 180 °, 270 ° rotativo. Fontes asiáticas 90 °, 180 °, 270 ° rotatable e 8 vezes expansível nas direções horizontal e vertical. Fontes escaláveis 90 °, 180 °, 270 ° rotatable. Códigos de barras - 1-D códigos de Barras: Código 39, Código 93, Código 128 (subconjunto A, B, C), UCC/EAN-128 K-Mart, UCC/EAN-128, UPC A/E (add on 2 &amp; 5), EU 2 de 5, EU 2 de Barras 5 com Transporte, EAN 8/13 (add on 2 &amp; 5), Codabar, Poste da REDE, EAN 128, DUN 14, HIBC, MSI (1 Mod 10), peso aleatório, Telepen, fim, China Código Postal, RPS 128 e GS1 DataBar. O MODELO DEVERÁ SER COMPATÍVEL COM O SOFTWARE COMPLAB OU COM O SOFTWARE EM USO E OS EQUIPAMENTOS ANALISADORES EXISTENTES NO LAC/CMAvEx; A EMPRESA DEVERÁ TESTAR A COMPATIBILIDADE DO EQUIPAMENTO ANTES DA ASSINATURA DE CONTRATO. Igual ou superior ao modelo Godex EZ-1100 plus.</p>					
18	<p>Centrífuga Digital 28 tubos ou mais: Centrífuga microprocessada com tecnologia PWM; Trava de segurança na tampa Sensor de tampa aberta; Velocidade de 500 a 4000 rpm (ou mais) , passo de 100 rpm programável; Temporizador de precisão de 1seg a 99:59; Painel digital com display de cristal líquido iluminado e teclado de fácil operação com apenas 4 teclas; Freio automático ou acionado através do teclado; Acompanha caçapas e adaptadores para tubos; Tensão de Alimentação: Seleccionável em 110/220V; 50/60 Hz 600W; Dimensão: 36,8 cm (L) x 36,8cm (P) x 32cm (H); Peso: 20,0 Kg; Registro na Anvisa: 80197030148; Construção: Material termoplástico de grande resistência; Motor de indução (sem escovas), utiliza rolamentos de esfera, longa vida útil, dispensa manutenção; Em chapa de aço e ABS e pintura em poliuretano; Rotor: Fabricado em liga especial que permite a utilização de adaptadores para outras caçapas; CAPACIDADES: rotor de 28 carregadores de 10,0 ml</p>	442192	Uni	1	R\$ 7.566,33	R\$ 7.566,33



	(ACOMPANHA OPCIONAIS): Rotor de 4 carregadores de 50,0 ml; Rotor de 28 carregadores de 5,0 ml; Igual ou superior ao modelo CELM LS4. Registro na ANVISA.					
19	Kit Medidor De Glicose - aparelho portátil com amplo display que facilita a leitura. Dispositivo ejetor de tiras que facilita o descarte da tira utilizada sem o contato com as mãos, de maneira segura e higiênica. Monitor baseado em plataforma amperométrica (Blosensor) portátil, para uso hospitalar e domiciliar. Especificações: - Resultados em 5 segundos - Intervalo de medição 20 - 600 mg/dL - Volume de amostra sanguínea necessária: 0.5 microlitro (ou menos) - Memória 250 a 500 resultados de teste (ou mais) (Data e Hora). Possui porta serial para conectividade e transferência de dados via cabos - Codificado (chip incluso nas embalagens de tiras) - Indicado para uso pessoal (autoteste) e profissional. Itens Inclusos: - 01 Monitor de Glicose - Chip de Calibração - 01 Lancetador (caneta lancetadora) - 01 frasco solução controle. - 01 Manual Usuário - Garantia para o monitor e Registro ANVISA/MS.	389557	Uni	5	R\$ 115,96	R\$ 579,80
20	Serra de cortar gesso, tipo lâmina lâminas aço, disco de serra 2" e 2 1/2", características adicionais chave combinada 1/2", cabo mínimo 2,5m, 200w/60hz, modelo motor tipo universal mínimo 18.000rpm.	348117	Uni	1	R\$ 2.267,54	R\$ 2.267,54
21	Módulo de porta paleta com cinco níveis de carga (piso e mais quatro pares de longarina), como capacidade para no mínimo 2.000kg por par de longarinas. Dimensões do módulo aproximadas: AxLxP 4.000 x 3.200 x 1.000 mm. Material aço, desmontável estrutura na cor azul e longarinas na cor laranja. Projeto instalação inclusos. Garantia de 12 meses.	349004	Uni	25	R\$ 2.631,17	R\$ 65.779,25

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. Em caso de divergência entre as descrições registradas na relação de itens gerada pelo COMPRASNET e as contidas neste TERMO DE REFERÊNCIA, prevalece as desse último, consoante ao Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório previsto no Caput do Art. 5º da Lei 14.133/21.

1.5. O prazo de vigência da contratação é de 90 (noventa) dias contados da assinatura do contrato ou do recebimento/aceite do instrumento substitutivo (recebimento da Nota de Empenho), prorrogável conforme previsão no instrumento contratual ou no termo de referência, nos moldes do art. 105 da Lei n.14.133/21.

1.6. O prazo de vigência poderá ser prorrogado, por igual período, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, prevista neste instrumento.

1.7. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso.

## 2. Fundamentação da contratação

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2023, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 0394452000103-0-000372/2023

II) Data de publicação no PNCP:20/05/2023

III) Id do item no PCA: 151

IV) Classe/Grupo: 6515 - INSTRUMENTOS, EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS MÉDICOS E CIRÚRGICOS

V) Identificador da Futura Contratação: 160518-43/2022

## 3. Descrição da solução

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## 4. Requisitos da contratação

### Sustentabilidade:

4.1. A Licitante deverá seguir os critérios de sustentabilidade ambiental de acordo com a Instrução Normativa nº 10, de 12 de novembro de 2012, que estabelece regras para elaboração de Planos de Gestão de Logística Sustentável de que trata o Art. 16 do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, e dá outras providências em especial, as do Anexo III. Além dos seguintes critérios preconizados no Art. 6º da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010:

4.1.1. usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

4.1.2. adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 08 de outubro de 2003;

4.1.3. observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

4.1.4. fornecer aos empregados equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução dos serviços;

4.1.5. realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

4.1.6. respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

4.1.7. realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006; e prever a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.

**Indicação de marcas ou modelos:**

4.2. Na presente contratação não será indicada marca, característica ou modelo específico.

**Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço:**

4.3. Não serão vedados marcas ou produtos na presente licitação.

**Da exigência de amostra:**

4.4. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar não precisará apresentar amostra.

**Da exigência de carta de solidariedade:**

4.5. Em caso de fornecedor revendedor ou distribuidor, não será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante.

**Subcontratação:**

4.6. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

**Garantia da contratação:**

4.7. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

**Obrigações do Contratante:**

4.8. São obrigações do Contratante:

4.8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

4.8.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

4.8.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

4.8.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

4.8.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

4.8.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

4.8.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

4.8.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

4.9. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

4.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

4.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.12.A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **Obrigações do Contratado:**

4.13. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.13.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

4.13.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));

4.13.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.13.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.13.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.13.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.13.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.13.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

4.13.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

4.13.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

4.13.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

4.13.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

4.13.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

4.13.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

4.13.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.13.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

4.13.17. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

4.13.18. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

4.13.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

4.13.20. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

4.13.21. No permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

#### **Infrações e Sanções Administrativas:**

4.4 Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

4.5. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

iv. Multa:

1) Moratória de 1.% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

2) *Moratória de 1.% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10.% (dez por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.*

i. *O atraso superior a trinta dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.*

3) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 10% a 30% do valor do Contrato.

4) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de 10% a 30% do valor do Contrato.

5) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1, a multa será de 10% a 30% do valor do Contrato.

6) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 11.1, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato.

7) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato.

4.6. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

4.6.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

4.6.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

4.6.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

4.6.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

4.7. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

4.8. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

4.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

4.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

4.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

4.12. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução [Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

## 5. Modelo de execução do objeto

### Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias corridos, contados do envio da nota de empenho, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 07 (sete) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues na **BASE DE AVIAÇÃO DE TAUBATÉ**: Almoxarifado Geral, situado na Estrada Municipal dos Remédios, 2135, CEP 12.086-000 – Itaim – **TAUBATÉ/SP**, telefone (12) 2123-7717, no horário compreendido entre **09h30 e 17h00**, de segunda a quinta-feira; e de **08h00 e 11h30**, na sexta-feira. **Correm por conta da empresa licitante os ônus com transportes, carga, descarga, seguro e demais despesas.**

5.4. Os materiais deverão ser entregues na embalagem original, lacradas, onde deverão estar impressos dados de identificação, procedência, data de fabricação, tipo de esterilização, prazo de validade e registro no Ministério da Saúde, ANVISA.

5.5. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 80% (oitenta por cento) do prazo total recomendado pelo fabricante.

### Garantia, manutenção e assistência técnica

5.6. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## 6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avançadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II).

6.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III).

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.9.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência..(Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.9.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.9.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.10. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. (.)Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

6.11. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).



## 7. Critérios de medição e pagamento

### Recebimento do Objeto:

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei 14.133 de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 2 (dois) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do , comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021 incontestada da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### Liquidação:

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **Prazo de pagamento:**

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

#### **Forma de pagamento:**

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **8. Critérios de seleção do fornecedor**

#### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

#### **Exigências de habilitação**

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica:**

8.3. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor> ;

8.6. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da Sociedade empresária estrangeira União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.8. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. : inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agênciaFilial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.10. : ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivadoSociedade cooperativa na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 .da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.11. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.12. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.13. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.14. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.15. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.16. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] e [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.17. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.18. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

8.19. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

8.20. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

8.21. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

8.22. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da parcela pertinente.

8.23. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.24. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

8.25. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

### Qualificação Técnica

8.26. As empresas participantes deverão apresentar e licença sanitária expedida por órgão sanitário local e AFE (Autorização de Funcionamento de Empresa) expedida pela ANVISA, prevista na Lei nº 6.360/1976, documento exigido de cada empresa que realiza as atividades de armazenamento, distribuição, embalagem, expedição, exportação, extração, fabricação, fracionamento, importação, produção, purificação, reembalagem, síntese, transformação e transporte com produtos para saúde.

8.26.1. Não será aceito protocolo de alvará (ou licença) inicial, por se tratarem de materiais com potencial de risco à saúde dos usuários.

8.27.2. Somente serão aceitos protocolos se forem de renovação de licença de funcionamento ou alvará sanitário, caso o pedido tenha sido registrado antes do término da vigência da licença / alvará anterior.

8.28. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.28.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

8.28.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.28.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.28.4. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

8.28.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.28.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.28.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

## 9. Estimativas do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 375.033,33

9.1 O custo estimado total da contratação é de R\$ 375.033,33 (trezentos e setenta e cinco mil, trinta e três reais e trinta e três centavos), conforme Planilha de Orçamentos Consolidados anexa ao Estudo Técnico Preliminar.

## 10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade:160505;

II) Fonte de Recursos:1000000000;

III) Programa de Trabalho:218096;

IV) Elemento de Despesa: 449052;

V) Plano Interno: D8SAEMENDAS.

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 11. Lei de Acesso às Informações

Este processo não se enquadra na Lei de Acesso às Informações (L.12.527/11), pois trata-se de um processo licitatório não sigiloso, havendo divulgação quanto ao objeto preterido (bens comuns para o Centro de Medicina de Aviação do Exército).

## 12. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**BRUNA MARTINHO DE AZEVEDO**

Agente de contratação